Falando DHireito
Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves
Ano 12 -n°33 - Maio, Junho e Julho de 2014

Fundação completa 20 anos na luta pelos Direitos Humanos na Paraíba

Instalação da Fundação Margarida Maria Alves no Auditório da Associação Paraibana de Imprensa (API) - 1994

No dia 08 de Julho de 1994 nascia a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. A instituição surgia com o intuito de prestar assessoria jurídica a movimentos sociais e a questão da moradia e solo urbano na cidade de João Pessoa.

A Fundação veio pelas mãos de Dom José Maria Pires como sucessora do antigo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH).

Nesses 20 anos diversas foram as pessoas que passaram pela entidade, sejam como membros da equipe ou beneficiários(as), todos sempre entusiasmados(as), como aponta José Ewerton Nóbrega, um dos primeiros colaboradores: "O CDDH contava com parcos recursos humanos e materiais. Assim mesmo, todos os funcionários e voluntários trabalhavam com entusiasmo e garra na luta pela promoção e defesa dos direitos humanos em João Pessoa e nas cidades de seu entorno".

Entre as comunidades já atendidas estão a de Mussumagro e Paratibe, no Valentina de Figueiredo; Citex, no Geisel; Padre Gino, em Sapé; Maria de Nazaré, Funcionários III; Jardim da Mônica, Alto do Mateus; Tibiri, em Santa Rita, Bayeux, entre outras ao longo de todo esse tempo.

Em sua breve história, a Fundação já deixou sua marca com diversos projetos, sendo a Rede de Juristas Populares; Educação para a Saúde e o Meio Ambiente; Programa Papel Passado; e o Curso de Formação de Juristas Populares já finalizados. Atualmente, a entidade desenvolve o projeto Cidade Sustentável é Cidade Legal.

Seja na formação de Juristas Populares, na regularização fundiária, geração de renda e cidadania ou no direito à cidade, a Fundação segue na luta em levar o Direito Humano em suas mais diversificadas vertentes ao máximo possível de pessoas. Mantendo sempre a responsabilidade, transparência e carinho em tudo que realiza.

Editorial

Há dez anos nascia o Falando DHireito buscando informar a sociedade sobre as atividades da Fundação e do campo do direito humano.

O jornal "brotou" das páginas do boletim InterGrupos, realizado numa parceria entre a Fundação Margarida Maria Alves e a Comunidade Operária do Bairro das Indústrias; Associação Comunitária do Jardim da Mônica; Movimento de Promoção da Mulher; Comitê da Cidadania; Grupo Flor Mulher; Fórum de Reforma Urbana; Articulação Estadual de Políticas Públicas; Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero e Movimento Cidadania e Segurança.

Em uma década de existência, o informativo tratou de temas como mobilização, ética na política, formação de Juristas Populares, educação ambiental, questões relativas aos direitos femininos, primeira ação por usucapião coletiva na PB, acesso à justiça, cultura e cidadania, geração de renda, entre outros. Abordou homenagens a Fundação, prêmios, projetos, campanhas, pessoas que passaram por sua história e nossas diversas atividades.

A jornalista Aline Oliveira, ex-integrante da equipe de comunicação da Fundação, destaca que O Falando DHireito é um grande exercício de jornalismo organizacional, "onde pude produzir matérias referentes não apenas às ações institucionais, mas que extrapolavam os projetos, ampliando o debate inerente à defesa dos direitos humanos".

Com uma grande bagagem acumulada, o Falando DHireito continua em constante renovação e vigor, mostrando não só o que a Fundação tem realizado, mas também a luta pelos direitos humanos em várias áreas.

Concluímos 10 anos de criação preparados para mais dez, vinte, trinta, etc., comprometidos com o respeito e educação para o Direito Humano.

Para comemorar, fizemos um jornal especial sobre as duas décadas da Fundação, com depoimentos, lembranças e imagens desse período. Esperamos que goste.

EXPEDIENTE

Falando DHireito

Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Marcelo Soares (DRT 2612 /PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB

Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais!

@FundacaoMMAlves

Fundação Margarida Maria Alves

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na **Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.**

A voz dos parceiros

Casa Pequeno Davi

A Casa Pequeno Davi parabeniza pela atuação e pelo incansável trabalho desenvolvido ao longo desses 20 anos. Ao mesmo tempo em que reitera o desejo de continuar na parceria que tem se dado através de formações e eventos que celebram os DIREITOS.

concern universal

A FMMA destaca-se no Estado e com mais referencial em Municípios da Zona da Mata paraibana, consolidando-se como uma organização que atua na defesa dos Direitos Humanos e na difusão do acesso á justiça através de atividades de educação popular Parabenizamos a Fundação por essa data significativa e desejamos vida longa para esta organização que tem subsidiado e realizado excelentes préstimos a população.

ASSOCIAÇÃO FLOR MULHER

A Fundação foi fundamental para a Associação Flor Mulher em vários aspectos, que se estendem desde a constituição da associação, até a formação social das mulheres do bairro de Tibiri II, em Santa Rita – PB, principalmente, através dos cursos de Jurista Popular, Por isso, a vocês o nosso MUITO OBRIGADA!

Filiada ao

Movimento Nacional de Direitos Humanos
Luta pela Vida, Contra a Violência

Vivências da equipe

A Fundação Margarida Maria Alves busca a formação de uma equipe que tenha não só qualidade técnica, mas, também, seja comprometida com as causas da instituição, da sociedade e tenha prazer com o trabalho desenvolvido em seus projetos.

Essa relação proporciona ao longo do tempo diversificadas experiências, principalmente na atuação junto a comunidades.

Cândida Magalhães, ex-advogada da entidade, afirma que o período dentro da Fundação foi de muito trabalho, dedicação, entusiasmo e luta. "Era uma diversidade de movimentos. Todos os encontros geravam intensa discussão que ensejava análise crítica e a contribuição de todos e todas Juristas Populares", destaca.

Segundo Cleide Floro, também ex-advogada da Fundação, "foi uma experiência única, porque eu me desenvolvi como pessoa e profissional. Você vai às comunidades dar uma assessoria jurídica, mas na verdade você aprende em experiência de vida", afirma.

Para Maria das Graças Duarte, tesoureira e coordenadora administrativa, uma coisa que sempre lhe fez sentir realizada foram as formaturas das turmas de Juristas Populares. "Sentíamos, no pessoal que estava terminando ao longo de mais ou menos um ano de capacitação, um reconhecimento do trabalho da Fundação. A partir dali eles se articularam através da Rede de Juristas Populares ou em outros espaços, voltaram a estudar".

Da esquerda para a direita: Larissa Alves (colaboradora); José Marcos Salgueiro; Marcina Pessoa; Cleide Floro; Marcelo Soares e Maria das Graças Duarte.

Ela ainda ressalta a importância de perceber como as mulheres mudavam a visão da relação delas com os maridos ao passar pelos cursos oferecidos. "Fico muito orgulhosa quando percebo que esse nosso trabalho tem um reconhecimento, um retorno da qualidade do serviço que a gente presta", conclui.

O serviço de qualidade e com seriedade também é apontado por José Marcos Salgueiro, pedagogo, como um ponto marcante na sua história dentro da Fundação. "O que destaco é justamente essa práxis da Fundação do acreditar no direito a partir da construção do conhecimento e da democratização da justiça. Eu não definiria um momento de destaque, mas o principio da busca e da defesa do direito humano, que é um desafio frente a todo um conjunto de ideias firmadas, divulgada pela mídia, de desqualificação desse direito. Não consigo ficar longe desse princípio, até me contradigo enquanto pessoa, mas, como membro da Fundação eu busco mantê-lo e trabalho para que seja efetivado".

Marcina Pessoa, assistente social e coordenadora de projetos, ressalta a aprendizagem que foi o processo de formação da entidade: "Antes os projetos eram construídos com a arquidiocese, depois da autonomia tivemos que escrever, elaborar, buscar parceiros e a maioria deles são internacionais. Fui aprendendo a medida que fazia o trabalho. Hoje a Fundação já é uma referência, tanto no público quanto no pessoal do meio jurídico, me sinto feliz em participar desse processo", afirma.

Minha Experiência com a Fundação

Na minha época, para participar das atividades da Fundação era preciso ser integrante de uma ONG. Eu fazia parte de uma entidade já, a Flor Mulher, e ela recebeu o convite da Fundação para escolher voluntários de lá para participar de um curso de Juristas Populares. Eu fui escolhida junto com mais dois ou três, e assim fizemos o curso.

Na época era só dona de casa, há muitos anos estava fora de sala de aula, até então eu só tinha a quarta série do primário, e o curso me despertou a necessidade de voltar a estudar. O curso era para lideranças comunitárias para sermos depois multiplicadores nos bairros onde morávamos. Foi onde eu conheci a constituição, o código penal, várias legislações, código do consumidor, etc.

Terminei o curso e incentivada por minhas filhas, resolvi retomar os estudos. Eu tinha medo do preconceito, por me sentir já "coroa", falava: "vou não", mas com o apoio da família venci o medo e voltei a estudar. Comecei o quinto ano, sexto, e depois entrei no EJA (Educação de Jovens e Adultos), terminei a sétima, a oitava série e hoje tenho meu ensino fundamental.

"A Fundação Margarida Maria Alves foi, é, e será sempre muito importante na minha vida."

Odete Lima
Beneficiária

Para mim estava bom, mas minhas filhas falaram que eu não tinha nada ainda, tinha que continuar. Então, comecei o ensino médio pelo EJA, e cada dia era de conhecimento. Depois, fiz vestibular uma vez e fiquei fora por causa da pontuação da redação, mas não "zerei" nenhuma prova. Fiz outro vestibular e hoje estou cursando o sexto ano de pedagogia, que pra mim foi a maior conquista.

Depois do Curso de Juristas Populares eu queria também muito a minha autonomia e voltei a trabalhar. Hoje trabalho no Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero, em Tibiri II. Faz oito anos já, comecei como auxiliar geral, depois educadora e atualmente sou a presidente dessa entidade.

Por tudo isso, a Fundação Margarida Maria Alves foi, é, e será sempre muito importante na minha vida. Foi aqui que despertei para o conhecimento e aprendi o que é ser cidadã. Eles são excelentes profissionais, sempre nos receberam muito bem, com um material de excelente qualidade, até arcavam com custo de passagem. Um ótimo lugar para se estar.

A mensagem que deixo é de que valorizem e respeitem esse espaço, porque foram muitos que passaram por aqui e hoje tem qualidade de vida e vida com dignidade.

Odete (4° da direita para esquerda) em atividade da Rede de Juristas Populares em Santa Rita - 2007

Entrevista

Dr. José Ewerton Nóbrega Araújo
advogado, colaborador

Fundação: **Como foi sua experiência na Fundação?**

José Ewerton: Após me aposentar do cargo de Professor da Universidade Federal da Paraíba(UFPB), em 1991, fui à presença de Dom José Maria Pires, então titular da Arquidiocese da Paraíba, a quem manifestei meu propósito de trabalhar como voluntário no Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), da Arquidiocese, criado há alguns anos, e que veio, poucos anos depois, transformar-se na atual Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Em cada semana, eu e meus colegas voluntários (Arland Souza Lopes e José Alexandre Guedes, entre outros) recebíamos as pessoas pobres e carentes de qualquer defesa jurídica, as quais ouvíamos e lhes anotávamos os pedidos, reclamações, denúncias e outras queixas.

F: Alguma memória ou atuação que lhe marque, ao lembrar-se desses 20 anos de existência da Fundação?

JE: A minha experiência como voluntário da Fundação foi muito rica, apesar dos inúmeros obstáculos que eu, os meus colegas e os demais integrantes da entidade, tivemos que enfrentar. São muitos e diversos os fatos que guardo na memória, todos igualmente significativos para a questão dos direitos humanos. Preferiria não colocar determinado fato em destaque, para não correr o risco de omitir um ou outro, igualmente importante. Demais disso, quero destacar que toda a nossa atividade era grupal, embora, eventualmente, algum aspecto dessa atividade veio contar com a atuação de determinado integrante da Fundação.

"A existência e atuação da Fundação constituem uma força vibrante que anima e garante a continuidade da luta"

F: Para você, qual a importância da entidade para a sociedade?

JE: A questão dos Direitos Humanos continua a ser, neste país, um desafio àqueles que se propõem a lutar pela sua defesa e consolidação. A existência e atuação da Fundação, congregando pessoas comprometidas com esse objetivo, constituem uma força vibrante que anima e garante a continuidade da luta. Precisamos multiplicar essa atividade, aqui e em toda a parte, fazendo surgir e crescer o número de líderes populares engajados na luta em defesa dos direitos humanos.

F: Que mensagem você deixaria para a Fundação?

JE: A Fundação, no curso desses vinte anos, ampliou sua atuação em variados campos dos direitos humanos. Não é exagero afirmar-se que todos os aspectos da existência da pessoa humana - especialmente do hipo-suficiente e politicamente desprotegido - interessam à entidade. Como conhecedor do trabalho incessante e destemido de todos os componentes da entidade, a minha mensagem é a de lhes dizer que prossigam com essa força, com esse entusiasmo, não se desanimando ante qualquer obstáculo que apareça!

Depoimentos

Aline Oliveira
jornalista

Os cinco anos em que trabalhei na Fundação foram profundamente transformadores na minha vida. Tanto no âmbito profissional quanto no pessoal, o volume de coisas que aprendi neste tempo foram como uma pós-graduação. A compreensão mais aprofundada que tenho até hoje de direitos humanos eu devo em parte às oportunidades que eu tive de aprender com a Fundação. Hoje eu tenho muito orgulho de olhar para trás e ter as margaridas na minha trajetória e de ver um pouco de mim no que a entidade é hoje.

Candida Magalhães
advogada

Entrei para trabalhar na Fundação numa fase muito especial da minha vida. Tinha que retornar para João Pessoa deixando a UEPB em Campina Grande, para cuidar da minha mãe. Os fins de semana eram os dias de trabalho mais intensos porque as turmas eram constituídas de trabalhadores e trabalhadoras de diversos espaços. O trabalho da Fundação de educação jurídica popular tem importância fundamental para a população e alimenta as lutas diárias pela efetivação dos Direitos Humanos, a cidadania, ainda tão desrespeitados e violados.

Ivison Sheldon
advogado

Eu entrei aqui na Fundação em 2004 como estagiário de direito, para trabalhar com o curso de Juristas Populares e também com outros projetos que a Fundação tinha para regularização do espaço urbano. Foi uma experiência muito importante, que me abriu as portas para a área de direitos humanos, tanto profissionalmente quanto na parte acadêmica. A importância da Fundação é enorme no cenário dos direitos humanos e das Ongs da Paraíba e do Brasil

Izabella Chaves
advogada

Trabalhar na Fundação, mais do que uma grande experiência profissional, é um marco na vida de cada um. Nos tornamos MARGARIDAS e como tal seguimos, pouco importando em qual lugar estamos desempenhando nossas funções. Aqui aprendi que podemos sim amar o que fazemos e acreditar realmente que só a união e o trabalho em equipe trazem a certeza de que vale a pena lutar por um mundo melhor.

Andréia Martins
jornalista

Os ingredientes que fazem a Fundação seguir forte e em frente apesar de todos os problemas que o terceiro setor enfrenta estão na seriedade, na flexibilidade e, sobretudo, na equipe. Considero a Fundação como minha segunda casa e os Margaridos e Margaridas como minha família, um tesouro que carrego comigo onde quer que eu vá!

Verônica Rodrigues
psicóloga

Durante todo o meu tempo de trabalho na Fundação passei pela formação de muitas equipes, profissionais mais que dedicados, apaixonados por uma causa, pessoas que foram chegando devagar e virando "margaridas" no nosso trabalho cotidiano. Meu maior sentimento hoje é de gratidão pela possibilidade de fazer parte dessa história.

Galeria de atividades

Caminhada Ecológica na Mata do Xemxem/2010

Turma de Juristas Populares - 2002

Educação para a Saúde e o Meio Ambiente - Bayeux/2011

Oficina de Sabão Ecológico II - 2010

Brechó de Natal - 2009

Participação no IV Congresso de Direitos Humanos, Sociedade e Estado - Natal/2010

Gravação do Programa de Rádio da Rede de Juristas na Maria de Nazaré - 2005

Arraiá da Rede de Juristas - 2009

Ciranda de Direitos - Mussumagro/2011

Turma de Juristas Populares - 1999

Fundação participa de Abril Pro Bem 2014

Com o lema "sua atitude muda o mundo", ocorreu entre os dias 22 e 30 de Abril, o V Abril Pro Bem, evento filantrópico realizado no Shopping Tambiá, centro de João Pessoa, que reúne diversas entidades locais na promoção de uma cultura de bondade e humanitarismo.

A Fundação Margarida Maria Alves participou com um stand na feira montada na praça de eventos do shopping. Foram expostos materiais produzidos pelos (as) beneficiários (as) dos projetos supervisionados pela instituição e produtos como garrafinhas de água, camisetas e bolsas ecológicas, pensadas pela equipe da entidade.

Estande da Fundação no evento

Segundo Maria das Graças, coordenadora administrativa da Fundação, "foi a primeira vez que participamos e acho que o grande ponto positivo da feira foi poder estar em contato com outras entidades do meio social, fazer parcerias, além, claro, de vender nossos produtos e divulgar o trabalho da Fundação".

Curso de Direitos Humanos, Cidadania e Direito à Cidade encerra seu primeiro ano

alunos no último dia do curso

No dia 14 de maio aconteceu o último encontro do primeiro ano do curso Direitos Humanos, Cidadania e Direito à Cidade, na sede da Fundação. Na ocasião, além de uma avaliação sobre as atividades realizadas, ocorreram a entrega dos certificados e uma confraternização com os alunos presentes e a equipe da entidade.

Segundo a advogada da entidade, Cleide Floro, o encerramento do curso foi positivo. «O curso todo foi positivo. Os beneficiários estavam bem envolvidos, vindo, participando, em média eram 20 pessoas em cada módulo. Nosso intuito é sempre que cada um se apodere dos conhecimentos passados e atue na sua comunidade».

Foram 07 módulos divididos em: Direito à moradia e direito à cidade; Estatuto da Cidade – alguns institutos jurídicos e políticos; plano diretor; zonas especiais de Interesse social; Saneamento Ambiental; Orçamento público municipal e Lei de acesso a informação, tendo um total de 26 formandos.